



Estado de Rondônia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
*“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”*



**AVISO DE EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 301/2026**

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO  
**SECRETARIA INTERESSADA:** Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

**OBJETO:**

Aquisição de equipamentos permanentes (máquinas de costura, mesas e cadeiras), destinados à estruturação de oficinas de capacitação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social, em atendimento ao Termo de Convênio nº 482/2025/PGE-SEAS.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 102.780,52 (cento e dois mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

28/05/2026 às 09:30 (horário de Brasília)

Plataforma de Compras: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**MODALIDADE:**

Pregão Eletrônico, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC, na Lei Complementar nº 123/2006, na IN nº 73/2022 e demais normas aplicáveis.

**INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

Contrato Administrativo

**EUNICE SOUZA DOS SANTOS**

Agente de Contratação

Port. 4926/2025

**OBS: (Os arquivos dos documentos habilitatórios deverão ser enviados em um único arquivo em PDF, o mesmo para a proposta atualizada com memorail descritivo, folders, etc..)**



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 301/2026

“EXCLUSIVO - ME/EPP/EQUIPARADAS”

## 1. – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

### 1.1. PREÂMBULO:

O Município de Rio Crespo/RO, através da Comissão de Contratação e da Agente de Contratação, designadas por portaria vigente, com sede na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, 1160 - Centro, torna público a quem possa interessar que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 73/2022 e demais normas aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

### 1.1.1. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

Agente de Contratação: Eunice Souza dos Santos

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:

Dia 28/05/2026, às 09h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

Setor responsável: Departamento de Compras, Licitações e Contratos

E-mail: [licitacao@riocrespo.ro.gov.br](mailto:licitacao@riocrespo.ro.gov.br)

Portal da Transparência: [www.riocrespo.ro.gov.br](http://www.riocrespo.ro.gov.br)

Plataforma: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

## 1.2 DO OBJETO:

**1.2.1** Aquisição de equipamentos permanentes (máquinas de costura, mesas e cadeiras), destinados à estruturação de oficinas de capacitação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social, em atendimento ao Termo de Convênio nº 482/2025/PGE-SEAS.

**1.2.2** Os itens compreendem, conforme Termo de Referência e planilha:

- máquinas de costura industriais (reta, overlock e galoneira);
- mesas de corte;
- cadeiras operacionais;
- demais equipamentos permanentes correlatos necessários à execução do objeto.

**1.2.3** As especificações técnicas deverão observar descrição objetiva, padrão mínimo de qualidade,



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



garantia, assistência técnica quando aplicável, embalagem adequada e demais condições exigidas no Termo de Referência, vedada restrição indevida à competitividade.

Declara-se que o presente Edital foi cuidadosamente examinado pelas licitantes, não podendo alegar desconhecimento de suas disposições.

O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sendo a LICITANET a provedora do sistema eletrônico.

A sessão pública ocorrerá por meio do sistema eletrônico na data e horário indicados.

Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário da Agente de Contratação.

Todos os horários referem-se ao horário oficial de Brasília – DF.

### **1.3 DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

**1.3.1** Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo nº 301/2026**, e destina-se à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

## **2 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**2.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**2.2.** A impugnação "deverá" ser realizada exclusivamente através do Plataforma Licitanet, não sendo aceitos outros meios a não ser os aqui definidos.

**2.3.** Caberá a Agente de Contratação, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e/ou deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**2.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**2.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente através da Plataforma Licitanet.

**2.6.** A Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e anexos.

**2.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**2.8.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

**2.9.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os



participantes e a administração.

### 3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições poderá ensejar a desclassificação ou inabilitação da proponente no referido certame.

**3.2 Não cabe aos licitantes, após a abertura da sessão a alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).**

3.3 Como requisito para participação e habilitação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

3.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

### 3.5 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.5.1 O certame será conduzido pelo Agente de contratação, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

3.5.2 Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

3.5.3 Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

3.5.4 Abrir as propostas de preços;

3.5.5 Analisar a aceitabilidade das propostas;

3.5.6 Desclassificar propostas indicando os motivos;

3.5.7 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

3.5.8 Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

3.5.9 Declarar o vencedor;

3.5.10 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

3.5.11 Elaborar a ata da sessão;

3.5.12 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

3.5.13 Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.6 O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, através do endereço eletrônico Portal da Transparência [www.riocrespo.ro.gov.br](http://www.riocrespo.ro.gov.br), na Plataforma de Licitações “Licitanet, através do endereço [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação para recebimento de propostas.



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



**3.7** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de avisos ou quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**3.8** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.9 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:**

**3.9.1** Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação** e estiverem devidamente credenciados no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

**3.9.2** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

**3.9.3** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

**3.9.3.1** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação conforme regras e condições estabelecidas pela plataforma.

**3.9.3.2** O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

**3.9.3.3** A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com o Município de Rio Crespo.

**3.10** Poderão participar desta Licitação somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

**3.11** Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

**3.12** A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

**3.12.1 VEDAÇÕES**

**3.12.2** Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

**3.12.3** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, equiparando-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**3.12.4** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.12.5** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, bem como o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**3.12.6** Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**3.12.7** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.12.8** Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.12.9** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

**3.12.10** Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

**3.12.11** Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública;

**3.12.12** Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação;

**3.12.13** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem aos itens 3.8.2. e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

**3.12.14** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, deverá ser esclarecida poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014- 6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO

**4.1.** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**4.2.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente *por meio do sistema eletrônico da plataforma*, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica,





Estado de Rondônia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
*“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”*



pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**4.3.** O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos conforme regras da plataforma.

**4.4.** O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

**4.5.** A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

**4.6.** As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones:

**(34) 3014-6633 (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633** ou pelo e-mail [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br).

**4.7.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**4.8.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Rio Crespo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.9.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**5. – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA MANter APENAS A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES**

**5.1** No ato do cadastro no sistema LICITANET, em campo próprio do sistema, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá (ão) declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**5.1.1** Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

**5.2** Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguinte da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

**5.3** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**5.4** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



exterior;

5.5 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

5.6 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

5.7 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.8 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.10 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.11 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

5.12 Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.13 O Sistema verificará automaticamente junto à Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

5.14 O licitante **enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e alterações**, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

## 6 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

6.2. Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

## 7 DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital conforme **item 1.1.** exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. Valor unitário e total dos itens;





Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



II. Marca/Modelo;

III. Fabricante;

IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

7.2. A etapa do anexo da documentação e proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.

7.3. O envio da proposta, exigidos no **Anexo II** deste edital, deverá ser **ENVIADO** na ordem em que **foram solicitados** e em um único anexo em **PDF COMPRIMIDO**, ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

7.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

- A falsidade da declaração de que trata o 7.2.3 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Ag. de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8. Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.9. As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

7.10. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.11. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

7.12. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.



## 8 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no **item 1.1.**, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, a Ag. de Contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

8.1. O licitante deverá incluir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

V. Valor unitário e total dos itens;

VI. Marca/Modelo;

VII. Fabricante;

VIII. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

8.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a Ag. de Contratação obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

8.3. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

8.4. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

8.5. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), conforme Edital.

8.6. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor percentual ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

- Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Ag. de Contratação, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

- Em casos de diligências no anexo da proposta inicial - à Comissão Julgadora promoverá as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame. É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis: “atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei”.



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



8.7. A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pela Ag. de Contratação, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa pré-definido.

8.8. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

8.9. O licitante somente poderá oferecer valor inferior de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances;

8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

8.11. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

8.12. **DA EXEQUIBILIDADE** – Conforme IN 73/2022 Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.13. Sendo efetuado lance manifestamente **inexequível acima de 50%**, a Ag. de Contratação poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, a ser excluído, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

8.14. Permanecendo a proposta considerada inexequível, o proponente **deverá** comprovar a exequibilidade de sua proposta, apresentando justificativas e documentos tais como CONTRATO(S) e FATURA(S) com objeto e preços compatíveis aos ofertados pela licitante para a contratação e/ou notas fiscais e/ou declarações da CONTRATANTE que comprovem a execução satisfatória de objeto compatível com o da pretensão contratual. A falta do envio da comprovação resultará na desclassificação da proposta.

- A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

8.15. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta desclassificada na fase de aceitabilidade;

## 9 DO MODO DE DISPUTA

9.1 No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos da lei 14.133/21 e o DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

9.1. **Modo de Disputa Aberto** - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.2. O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$ 10,00 (dez reais) menor que o valor do último lance.

9.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **dois minutos** e ocorrerá



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação.

9.3.1 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.5 Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

## 10. DA DESCONEXÃO DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO

10.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a agente de contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.2. A agente de contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

10.3. *Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 12 (doze) horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).*

## 11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's

11.1 Na disputa de itens de participação **Exclusiva** ou **Cotas Reservadas** para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

11.1.1 Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individuais sediadas locais, regional ou estadual, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local, Regional, ou Estadual sejam iguais ou **até dez por cento superiores** ao menor preço;

b) nos termos do Decreto Municipal 1175/2016, **nos itens destinados às ME/EPP/MEI**, o critério de preferência será oferecido:

I - Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local.

II - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Regional.

III - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Estadual.

c) para efeito do item anterior, considera-se:

I – Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Rio Crespo;

II – Entendem-se por Regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião do Vale do



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Jamari, sendo: Ariquemes, Cacaulândia, Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Machadinho do Oeste e Cujubim, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

III – Entende-se por Estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.

d) nas licitações a que se refere o subitem anterior, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

e) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

## 12. DO DESEMPATE

12.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei complementar 003/2018, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei 14.133 01 de abril de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses, nesta ordem:

- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.1.1 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

12.1.1.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

12.1.1.2 empresas brasileiras;

12.1.1.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.1.1.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.1.1.5 Exauridas as condições estabelecidas no art. 60 da Lei 14.133/2021, proceder-se-á com **SORTEIO ELETRÔNICO**, disponibilizado pela plataforma Licitanet em conformidade com a Instrução Inicial de Representação com Pedido de Cautelar TC 039.591/2023-3 do TCU.





### 13 DO BENEFÍCIO REGIONAL

13.1 Nos termos do Decreto Municipal nº 1175, de 2016, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

13.2 Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

13.3 A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

13.4 a hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada com base no item 7.14.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 7.14.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

13.6 Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:

13.7 Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município;

13.8 os municípios circunvizinhos, através das microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e assim considerados, especificamente: **Ariquemes, Monte Negro, Buritis, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Cacaulândia, Rio Crespo, Cujubim e Machadinho D'Oeste.**

13.9 Os benefícios previstos nos itens não se aplicam quando: I – não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

13.10 Nos demais casos, ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, será promovido sorteio, mediante convocação de todos os licitantes participantes do certame, nos termos do Art. 45, §2º.

### 14. – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

14.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a agente de contratação encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º Fica estabelecido o prazo de **02 (Duas) horas**, contado da solicitação da Ag. de Contratação



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



no sistema, para envio da Proposta readequada ao último lance ofertado após ACEITE e a 1ª fase de intenção de recurso e, se necessário, dos documentos complementares.

§ 3º Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, inclusive quando a legislação ou o edital exigam apresentação de planilha de composição de preços.

14.2. Após finalização dos lances, aplicação de benefício regional **quando houver**, negociações e atualizações dos preços e após o Aceite, a agente de contratação abrirá prazo de 15 minutos para intenção de recurso e após as **02 duas horas**, para os licitantes anexarem a proposta readequada e os documentos habilitatórios. Examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços, bem como, se o valor unitário e total encontra-se com no **máximo 02 (duas) casas decimais**;

14.3. A Agente de Contratação não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços.

14.4. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, a agente de contratação poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

## 15 - DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

15.1. Encerrada a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchido, juntamente com a documentação habilitatória e **complementar** (Anexo II), caso haja.

15.2. O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET/LICITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

## 16. – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1. Cumpridas as etapas anteriores, a Ag. de Contratação verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

16.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pela agente de contratação, por meio do CHAT MENSAGEM;

16.2. Se a proposta de preços não for aceitável, a Ag. de Contratação examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

16.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

16.3.1. A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

16.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 7.1** deste



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



edital de licitação;

16.6 A proposta final do licitante tem validade 60 dias a partir da abertura do pregão.

16.7 Após o aceite, a Ag. de Contratação irá abrir a **PRIMEIRA FASE** de intenção de recurso.

### **16.8DA PRIMEIRA FASE DE INTENÇÃO DE RECURSO APÓS ACEITE DAS PROPOSTAS**

16.7.1 Após a fase de julgamento das propostas da etapa de negociação e o aceites das propostas, a Ag. de Contratação abrirá a intenção de recurso no prazo de 15 (minutos) para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema. Nesse momento a Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, sendo realizada a apreciação e definida a resposta na ultima fase de Intenção de Recurso. Nas fundamentações do TCU Acórdão 2180/2023 e Art. 44 do Decreto art. 40 da IN73/2022 e Art. 44 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

### **17. – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS**

17.1. Nos casos em que a Ag. de Contratação constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

17.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

17.2.1. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Ag. de Contratação procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

17.3. Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, a Ag. de Contratação se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

17.4. Em casos de ausência de declarações, e ou quando precisar solicitar ao licitante um novo documento atualizado para substituir aquele que tenha sido apresentado com a validade expirada e de outros anexos do edital, que não altere ou fira os objetivos da licitação, **PODERÁ** a Agente de Contratação abrir diligência e prazo de documentos complementares.

### **18 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)**

18.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo III** deste edital.

18.2. A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

18.3. A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.

18.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



- 18.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:
- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
  - II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
  - III. Se o licitante for à matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.
- 18.6. A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.
- 18.7. Depois de solicitado pela Ag. de Contratação, a empresa melhor classificada terá o prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** para enviar a documentação **complementar** para habilitação através do módulo HabilitaNet/Licitanet.
- 18.8. A Ag. de Contratação poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.
- 18.9. Os documentos de habilitação devem estar em conformidade ao Art 62º da Lei Federal nº 14.133/21 em casos de descumprimento, poderá a Ag. de Contratação considerar o proponente **INABILITADO**.
- 18.10. Art. 62/14.133 – 2021 - A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:
- I - jurídica;
  - II - técnica;
  - III - fiscal, social e trabalhista (Conforme Lei Federal 123/2006 em seu Art. 43, que trás o tratamento diferenciado para os ME, EPPS e MEI);
  - IV - econômico-financeira.
- 18.11. A ausência dos anexos como Declarações, que compõem no Edital, poderão ser sanados via diligência.
- 18.12. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pela Ag. de Contratação via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.
- 18.13. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei.
- 18.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 18.15. Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.
- 18.16. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente



Estado de Rondônia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
*“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”*



alguma restrição.

18.17. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Lei nº 14.133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

18.19. Poderá a agente de contratação prorrogar pelo mesmo período o prazo de envio de documentos habilitatórios/proposta readequada, diante de solicitação do licitante e ou em casos de diligência.

18.20. A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

18.21. Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

18.22. Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúbio ou pouco objetivo, a Ag. de Contratação poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

18.23. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, a Ag. de Contratação HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

## **19 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

19.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.2 Documentos pessoais dos Sócios;

19.3 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**19.3.1** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**19.3.2** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**19.3.3** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**19.3.4** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia





Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**19.3.5** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou, da consolidação respectiva;

#### **19.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**19.4.1** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

**19.4.2** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**19.4.3** Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.

**19.4.4** Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

**19.4.5** A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de prova de regularidade, através da apresentação de **Certidão da dívida ativa do Estado (no caso de ser do Estado de Rondônia, seguir a Instrução Normativa nº 12/2021/GAB/CRE).**

**19.4.6** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho: [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br) - Em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.

#### **19.5 REGULARIDADE CADASTRAL:**

**19.5.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

#### **19.6 DECLARAÇÕES**

**19.6.1** Apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO ANEXO IV) contendo o seguinte:

**OBS: Sob pena de desclassificação, a declaração deverá conter:**

19.6.1.1 Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

19.6.1.2 Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

19.6.1.3 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não empregam menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

19.6.1.4 Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal de Rio Crespo-RO.

19.6.1.5 Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

19.6.1.6 Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;

19.6.1.7 Que Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e parareabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, IV da lei 14.133/2021;

19.6.1.8 Que o(s) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste edital e que a(s) marca(s) e especificação(ões) entregues serão a mesma ofertada na proposta;

19.6.1.9 Que toda documentação anexada à plataforma LICITANET é autêntica.

19.6.1.10 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, IV § 1º da lei 14.133/2021;

19.6.1.11 **QUANDO** Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual: **declarar** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

19.6.1.12 Declara ainda tem ciência da observância dos limites de valor anual de enquadramento conforme art 4º § 2º da lei 14.133/2021.

19.6.1.13 **DA HABILITAÇÃO TÉCNICA (ART. 67, LEI Nº 14.133/2021):**

19.6.1.14 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão: 01 (um) ou mais atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, **demonstrando que a Licitante fornece ou forneceu objeto de natureza similar;**

19.5.1.15 O atestado deverá comprovar que a Licitante forneceu o objeto, em quantitativo compatível com o objeto licitado, até a data da abertura da sessão pública da licitação;

19.5.1.16 A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, **caso julgue necessário**, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes;

## **19.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

**19.7.1** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021), expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**19.7.2** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

Liquidez Geral (LG)  $\geq 1$

Liquidez Corrente (LC)  $\geq 1$

Solvência Geral (SG)  $\geq 1$

**19.7.3** A agente de contratação reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, em curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

**19.7.4** A ausência de documentos exigidos poderá implicar inabilitação, ressalvadas as hipóteses de saneamento de falhas formais, complementação de informações e realização de diligências, nos termos da legislação vigente.

**19.7.5** Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

## **20 DOS RECURSOS**

**20.1** Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo aberto pela Ag. de Contratação, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

**20.2** A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a Ag. de Contratação a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**20.3** A Ag. de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

**20.4** O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

**20.5** Os recursos serão dirigidos à Superintendência Municipal de Licitações - SML, por intermédio da Ag. de Contratação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

**20.6** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**20.7** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da SML, na Sede do Município de Rio Crespo - RO, no endereço mencionado anteriormente.

## **21 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**21.1** Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o MAIOR DESCONTO apurado, a Ag. de Contratação declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s)



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



respectivo(s) ITENS/LOTES ADJUDICANDO-O.

21.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

21.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Ag. de Contratação sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

21.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

21.5 Quando houver recurso e a Ag. de Contratação mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Ag. de Contratação.

21.6 Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

## 22 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

22.1 Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

22.2 O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

22.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato implicará decadência do direito à contratação e aplicação das sanções previstas neste Edital.

22.4 A contratação decorrente deste certame será formalizada por meio de contrato administrativo, nos termos da legislação vigente.

22.5 A execução contratual observará as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

## 22. DAS FICHAS ORÇAMENTÁRIAS

Ficha:	258	Processo Nº: 301/2026
Unidade:	020901 - SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social	
Funcional:	08.244.0003.2004.0000	
Cat. Econômica:	4.4.90.52.00 - DESPESAS DE CAPITAL	
Código de Aplicação:	004.018 - Emenda Parlamentar Estadual Lucas Torres	
Fonte de Recurso:	2.701.3210 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	
Fonte STN:	2.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (Exerc.Anterior)	

Ficha:	259	Processo Nº: 301/2026
Unidade:	020901 - SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social	
Funcional:	08.244.0003.2004.0000	
Cat. Econômica:	4.4.90.52.00 - DESPESAS DE CAPITAL	
Código de Aplicação:	004.018 - Emenda Parlamentar Estadual Lucas Torres	
Fonte de Recurso:	2.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos	
Fonte STN:	2.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Anterior)	



## **23. DO PAGAMENTO**

23.1 O pagamento das notas fiscais se dará conforme ordem cronológica, não ultrapassando 30 dias, contando a partir do recebimento do produto/serviço, conforme previsto na lei e na Minuta de Contrato.

## **24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1 Nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicar a Contratada inadimplente as seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa, sobre o valor contratado, no seguinte percentual:

§ 1º 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor contratado, no caso de atraso na entrega do objeto do contrato ou na substituição de bens ou serviços, ou ainda, por ocorrência de descumprimento contratual, limitado a 20% (vinte por cento) a ser calculado sobre o valor dos objetos não entregues;

III. Suspensão temporária em participar de licitação e contratar com Administração, aplicados conforme a seguinte gradação das faltas cometidas:

§ 1º Gravíssima: 05 (cinco) anos, mais declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública. Compreende os casos de crime na execução do contrato, inexecução total e a recusa em assinar o contrato;

§ 2º Grave: 04 (quatro) anos. Compreende os casos de retardamento da execução do objeto com prejuízo à Administração;

§ 3º Leve: 03 (três) anos. Retardamento da execução do objeto, sem prejuízo à Administração;

§ 4º Às demais ocorrências, que não previstas nas alíneas anteriores, será aplicada a suspensão por prazo diretamente proporcional ao percentual da inexecução. Exemplo: Inexecução Parcial de 20% do contrato = 1 ano; Inexecução Parcial de 40% = 2 anos.

a) Pelo descumprimento total ou parcial do contrato pela Contratada, a Administração poderá rescindir o contrato, anular o empenho e/ou aplicar multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

b) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;

c) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da lei;

d) Não se aplica a multa referida no inciso II em casos fortuitos ou de força maior, condicionando a contratada a apresentar justificativa por escrito, até 24(vinte e quatro) horas antes do término do prazo para a entrega dos objetos, porém, na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à contratada;

e) As penalidades previstas nesse tópico não excluem outras decorrentes da Lei nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021.

f) Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no 14.133, de 01 de abril de 2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das





Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

24.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;**

b) Impedimento de licitar e de contratar com o MUNICIPIO DE RIO CRESPO, pelo prazo de até cinco anos;

c) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

24.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

24.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.5 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24.6 Sem prejuízo das sanções já previamente citadas, será considerado ainda o estabelecido no Termo de Referência.

## 25 DAS CONDIÇÕES GERAIS

25.1 A Administração Pública se reserva no direito de:

25.2 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

25.2.1 Revogar, se for considerada inoportuna, por interesse da **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.

25.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

25.4 A agente de contratação ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

25.5 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.6 Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



sofrer as sanções previstas na lei 14.133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pela Ag. de Contratação.

25.7 O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado dos sistemas de cadastramento de fornecedores.

25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

25.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

25.10 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

25.11 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

25.13 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

25.14 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

25.15 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

25.16 Fica assegurada a unidade requisitante, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

25.17 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

25.18 Aos **Casos Omissos**, serão solucionados diretamente pela Ag. de Contratação ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, DECRETO Nº 11.462, DE 31



Estado de Rondônia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
*“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”*



DE MARÇO DE 2023 e Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

**25.19** É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração;

**25.20** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e alternativamente no site [www.riocrespo.ro.gov.br](http://www.riocrespo.ro.gov.br).

**25.21** Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

**25.22** Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo EMAIL e na **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML**.

**25.23** A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

**25.24** Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**25.25** Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

**25.26** Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3539-2017/203, ou na sede Prefeitura de Rio Crespo /RO.

### **25.27 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**25.28** A sessão pública poderá ser reaberta:

- ✓ Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- ✓ Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato:
  - ✓ não cumprir as exigências contratuais;
  - ✓ não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006; e
- ✓ Obs: Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- ✓ solicitar deistência do ITEM após assinatura do contrato.
- ✓ O setor demandante solicitará ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos a reabertura da sessão dès de que justificadamente.
- ✓ Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão



Estado de Rondônia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
*“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”*



reaberta.

25.29 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, ou ainda podendo ser via publicação no Diário Oficial Municipal.

## **26 – ANEXOS**

30.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE (SE NECESSÁRIO);

ANEXO V: MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

Rio Crespo, 15 de maio de 2026.

**ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 301/2026**

TERMO DE REFERÊNCIA



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Número Processo:** 301/2026

**Unidade Adm. de Origem:** Secretaria Municipal de Assistência Social

**Titular do Cargo:** Edna Aparecida De Moraes

**Cargo:** Secretária Municipal de Assistência Social

**Ato de Nomeação:** Portaria n° 4843/2025

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos e administrativos necessários à contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos permanentes, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Rio Crespo/RO.

Este documento foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar constante do Processo Administrativo nº 301/2026, observando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

A contratação encontra-se vinculada ao Termo de Convênio nº 482/2025/PGE-SEAS, firmado com o Estado de Rondônia, visando à promoção da inclusão social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio da capacitação na área de costura.

### **2. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de equipamentos permanentes**, compreendendo máquinas de costura industriais (reta, overlock e galoneira), mesas de corte e cadeiras ergonômicas, destinados à implantação e








**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
Estado de Rondônia  
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92 CNPJ: 63.761.977/0001-41  
Rua Ermelindo Milani, 1160 CEP: 76863-000.  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**



execução de oficinas de capacitação profissional no Município de Rio Crespo/RO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

A contratação visa atender ao disposto no Termo de Convênio nº 482/2025/PGE-SEAS, contribuindo para a promoção da inclusão social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio da oferta de qualificação profissional na área de costura. Os itens deverão ser fornecidos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

O objeto possui a seguinte descrição detalhada:

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	IMAGENS DE REF.
01	5	Unid.	MÁQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL TIPO OVERLOCK: Máquina de costura industrial overlockdirect drive - indicada para confecção especialmente em malhas e tecidos planos e nas etapas de preparação, acabamento ou fechamento das peças. Utilizada em praticamente todos os segmentos de costura em roupas, em tecidos leves e médios. Compatível com tecidos pesados, adquirindo a parte o kit de chapa e calcador. Motor: direct drive, potência: 550w tensão110v - velocidade máxima: 6.000 rpm bitola: média, largura do chuleado: 04 mm comprimento do ponto: 0,5	





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO



Estado de Rondônia

Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92 CNPJ: 63.761.977/0001-41

Rua Ermelindo Milani, 1160 CEP: 76863-000.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**



			a 3,8 mm, número de agulhas 1 tipo de agulha: dcx27 número de fios: 03 número de loopers: 02 altura do calcador: 5,5 mm lubrificação: automática mesa personalizada com rodinhas e acessórios.	
02	3	Unid.	<b>MÁQUINA COSTURA INDUSTRIAL TIPO GALONEIRA:</b>  Máquina costura industrial aplicação: industrial , tipo: 03 agulhas, 05 fios com trançador , função: galoneira , tensão alimentação: 110 v, tipo de gabinete: mesa com estante em aço e tampo de madeira com aca , características adicionais: com led, motor direct drive acoplado ao cabeçote.	
03	13	Unid.	<b>MÁQUINA COSTURA RETA INDUSTRIAL:</b>  Máquina costura tecido, aplicação uso industrial, tipo looper: cego; agulhas:dbx1 e cpx12, função costura reta, tensão alimentação 110/220 v,características adicionais altura calcador: 800mm; comprimento do ponto: 8mm,tipo ponto picado, tipo	





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO



Estado de Rondônia

Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92 CNPJ: 63.761.977/0001-41

Rua Ermelindo Milani, 1160 CEP: 76863-000.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**



			gabinete mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçoete	
04	18	Unid.	<p>CADEIRA PRETA DE ESCRITÓRIO GIRATÓRIA 360º</p> <p>tipo executiva com as características mínimas de: espuma injetada de 45 revestido em couro ecológico com costura; base back system ergonômica nr17 c/ regulagem de altura e inclinação do encosto; aranha em aço; rodízios em nylon; braço modelo digitador c/ regulagem de altura em propileno; dimensão do assento mínimo de 0,47 cm x 0,45 cm, e do encosto mínimo de 0,43 cm x 0,50 cm. altura mínima do chão até o assento de 42 cm e máximo de 50 cm; capacidade mínima de 120 kg. deverá ser entregue e montado. garantia mínima de 12 meses.</p>	
05	3	Unid.	<p>MESA DE CORTE: metálica apoio, material tubos e chapas de aço, formato retangular, espessura chapa tampo 19 mm, largura 150 cm, comprimento 200 cm,</p>	





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
Estado de Rondônia  
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92 CNPJ: 63.761.977/0001-41  
Rua Ermelindo Milani, 1160 CEP: 76863-000.  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**



			características adicionais prateleira inferior em mdf revestida em fórmica, uso para corte para tecidos e similares.	
--	--	--	---	--

O valor médio estimado da contratação é de **R\$ 102.780,52 (cento e dois mil e setecentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos)**

### 3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de estruturar ações voltadas à promoção da inclusão social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social no Município de Rio Crespo/RO, por meio da oferta de cursos de capacitação profissional na área de costura.

Verifica-se que parcela significativa do público-alvo atendido pela Secretaria Municipal de Assistência Social enfrenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em razão da baixa qualificação profissional e da escassez de oportunidades de geração de renda, o que reforça a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas à autonomia financeira e ao fortalecimento da cidadania.

Nesse contexto, a aquisição dos equipamentos permanentes — máquinas de costura industriais (reta, overlock e galoneira), mesas de corte e cadeiras ergonômicas — mostra-se indispensável para a implantação e execução das oficinas de capacitação, possibilitando a realização de atividades práticas em ambiente adequado e estruturado, compatível com as exigências do setor produtivo.

A contratação encontra-se vinculada ao Termo de Convênio nº 482/2025/PGE-SEAS, firmado com o Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, sendo condição essencial para o cumprimento do objeto pactuado e para a execução do Plano de Trabalho aprovado.





#### **4. FUNDAMENTO LEGAL**

A presente contratação está fundamentada nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, observando-se, especialmente, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

A viabilidade orçamentária da despesa encontra respaldo na Lei Municipal nº 1.307/2026, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, assegurando a existência de dotação orçamentária suficiente para a execução da presente contratação.

A contratação observará também as diretrizes estabelecidas no Termo de Convênio nº 482/2025/PGE-SEAS, firmado com o Estado de Rondônia, bem como as normas complementares aplicáveis à execução de políticas públicas de assistência social.

##### **4.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**4.1.1** A presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações constantes neste Termo de Referência.

**4.1.2** O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, considerando a necessidade de ampliar a competitividade entre os licitantes e assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução consiste na aquisição de equipamentos permanentes destinados à implantação e execução de oficinas de capacitação profissional na área de costura, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Rio Crespo/RO, em atendimento ao Termo de Convênio nº 482/2025/PGE-SEAS.

A contratação contempla o fornecimento de máquinas de costura industriais (reta, overlock e galoneira), mesas de corte e cadeiras ergonômicas, compondo um conjunto







estruturado de equipamentos essenciais para o desenvolvimento de atividades práticas de formação profissional.

Os equipamentos deverão permitir a execução de todas as etapas do processo produtivo de confecção, desde a montagem até o acabamento de peças, garantindo às beneficiárias condições adequadas de aprendizagem e prática, em ambiente semelhante ao mercado de trabalho.

A solução inclui, ainda, a entrega, montagem e instalação dos equipamentos no local indicado pela Administração Municipal, bem como a disponibilização de garantia mínima e assistência técnica, conforme especificações deste Termo de Referência.

A escolha pela aquisição dos bens, em detrimento de alternativas como locação, justifica-se pela utilização contínua dos equipamentos nas oficinas, pela economicidade a médio e longo prazo e pelo caráter permanente da política pública implementada, que visa à continuidade das ações de capacitação profissional.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada, eficiente e suficiente para atender à demanda identificada, contribuindo diretamente para a promoção da inclusão social, geração de renda e fortalecimento da autonomia das mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo programa.

## **6. DO PRAZO DA VIGENCIA E ENTREGA DO PRODUTO**

O prazo de vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura, estendendo-se até o cumprimento integral das obrigações contratuais, compreendendo a entrega, instalação, recebimento definitivo do equipamento e o período de garantia, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa devidamente fundamentada pela Administração.

O prazo de entrega dos equipamentos será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração Municipal, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal aceita pela Contratante.





Considerando a destinação do equipamento à política pública de assistência social, a Administração Municipal realizará procedimento de Chamamento Público para seleção de organização da sociedade civil, entidade socioassistencial ou instituição representativa que será beneficiária da cessão/uso do equipamento, observados os critérios estabelecidos em instrumento próprio.

Inicialmente, os equipamentos deverão ser entregues em local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), para fins de recebimento provisório, conferência técnica e verificação de conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência e demais procedimentos administrativos.

Após a conclusão do Chamamento Público e definição da entidade beneficiária, a Contratada deverá proceder, às suas expensas, ao transporte complementar, montagem final, instalação e testes operacionais do equipamento no local definitivo, indicado pela associação ou entidade selecionada, garantindo seu pleno funcionamento, neste âmbito a Secretaria de Assistência Social fica à disposição para suporte na entrega final caso necessite.

O equipamento deverá ser fornecido em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de bens usados, recondicionados ou em desacordo com os padrões de qualidade exigidos.

Caso o equipamento entregue apresente vícios, defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações exigidas, a Contratada deverá promover sua substituição ou adequação, às suas expensas, no prazo máximo estabelecido pela Administração, assegurando a entrega de equipamento em perfeitas condições de uso.

O equipamento deverá ser entregue acompanhado de todos os acessórios, manuais em língua portuguesa, documentação técnica e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento.

## **6.1 Regime de Execução**

**6.1.1.** O regime de execução será o de fornecimento em duas etapas, em razão da necessidade de realização de Chamamento Público para definição do local definitivo de





instalação, compreendendo:

I – **Recebimento provisório**, no ato da entrega, para verificação quantitativa e conferência inicial dos itens;

II – **Recebimento definitivo**, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a instalação final no local de destino, mediante verificação da conformidade do equipamento com as especificações técnicas e funcionamento adequado.

O descumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas neste instrumento poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

**6.1.2** Todas as etapas deverão ser executadas pela CONTRATADA sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

## **7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **7.1 DA CONTRATANTE**

7.1.1. Observar e fazer cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto deste Termo de Referência, em especial a Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, em conformidade com a legislação vigente.

7.1.3. Assegurar a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação.

7.1.4. Realizar procedimento de Chamamento Público para seleção da associação ou entidade representativa de produtores rurais que será beneficiária do equipamento, observando os princípios da legalidade, isonomia e transparência.

7.1.5. Receber o equipamento fornecido, realizando conferência quantitativa e qualitativa, bem como verificando sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o equipamento entregue em desacordo com as especificações técnicas, condições contratuais ou que apresente vícios, defeitos ou





irregularidades.

7.1.7. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas, defeitos ou desconformidades identificadas durante a execução contratual.

7.1.8. Notificar a Contratada, por escrito, acerca de eventuais imperfeições detectadas, fixando prazo para a devida correção.

7.1.9. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato por meio de servidor designado como Fiscal do Contrato, responsável pelo registro de ocorrências, comunicações e demais atos pertinentes.

7.1.10. Indicar o local provisório para entrega inicial do equipamento, bem como o local definitivo após a conclusão do Chamamento Público, onde deverá ocorrer a instalação final.

7.1.11. Proporcionar as condições necessárias para a adequada execução do objeto, inclusive quanto ao acesso aos locais de entrega e instalação.

7.1.12. Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto contratual.

7.1.13. Receber definitivamente o equipamento após verificação de sua conformidade e pleno funcionamento no local de instalação.

7.1.14. Efetuar o pagamento devido à Contratada, conforme condições estabelecidas no contrato, após a devida liquidação da despesa.

## **7.2 DA CONTRATADA**

7.2.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, assumindo integral responsabilidade pelo fornecimento do equipamento.

7.2.2. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do contrato, incluindo transporte, carga e descarga, montagem, instalação, testes operacionais e quaisquer outros custos necessários, sem ônus adicional à Contratante.

7.2.3. Fornecer equipamento novo, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas, normas de qualidade, segurança e desempenho exigidas.

7.2.4. Responsabilizar-se pelo transporte e entrega inicial do equipamento no local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como pela posterior transferência, montagem final, instalação e testes operacionais no local definitivo





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
Estado de Rondônia  
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92 CNPJ: 63.761.977/0001-41  
Rua Ermelindo Milani, 1160 CEP: 76863-000.  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**



indicado pela associação ou entidade selecionada por meio de Chamamento Público.

7.2.5. Realizar a montagem, instalação, interligação e testes de funcionamento do equipamento, garantindo sua plena operacionalidade no local de destino.

7.2.6. Ministrando treinamento operacional básico aos servidores da municipalidade e/ou usuários indicados, visando à correta utilização e conservação do equipamento.

7.2.7. Responsabilizar-se pela garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, incluindo assistência técnica, manutenção corretiva e substituição de peças defeituosas, sem ônus para a Contratante.

7.2.8. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, qualquer equipamento que apresente defeitos, vícios ou desconformidade com as especificações técnicas.

7.2.9. Responder por todos os danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, inclusive por atos de seus empregados, prepostos ou subcontratados.

7.2.10. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável, incluindo normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e demais exigências pertinentes ao objeto contratado.

7.2.11. Manter seus empregados devidamente identificados durante a execução dos serviços, devendo substituí-los quando solicitado pela Contratante, em caso de conduta inadequada.

7.2.12. Acatar as orientações da fiscalização do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados e adotando as medidas corretivas necessárias.

7.2.13. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

7.2.14. Não transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratual sem prévia e expressa autorização da Contratante.

7.2.15. Fornecer, no ato da entrega, todos os manuais, catálogos técnicos, certificados e demais documentos necessários à correta operação e manutenção do equipamento, em língua portuguesa.

7.2.16. Comprovar as habilitações fiscal, social e trabalhista exigidas, mediante apresentação ou consulta aos seguintes documentos:







- 7.2.16.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 7.2.16.2. Regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- 7.2.16.3. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- 7.2.16.4. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 7.2.16.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. A execução do contrato será acompanhada, supervisionada, fiscalizada e atestada por servidor formalmente designado pela CONTRATANTE como Fiscal do Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a quem competirá verificar o cumprimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive quanto à entrega, montagem, instalação e funcionamento do equipamento, tanto no local provisório quanto no local definitivo.

8.3. Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar todas as etapas da execução, incluindo a entrega inicial, a eventual transferência, a instalação final na entidade beneficiária selecionada por meio de Chamamento Público, bem como a realização de testes operacionais.

8.4. O Fiscal do Contrato poderá determinar a adoção das medidas necessárias à regularização de falhas, defeitos ou desconformidades identificadas, inclusive solicitando a substituição de equipamentos ou a correção de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas.

8.5. A CONTRATADA deverá atender prontamente às exigências da fiscalização, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, sempre que relacionadas ao objeto contratual.

8.6. A ausência de manifestação da CONTRATANTE quanto a eventuais irregularidades não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades quanto à perfeita execução do objeto.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
Estado de Rondônia  
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92 CNPJ: 63.761.977/0001-41  
Rua Ermelindo Milani, 1160 CEP: 76863-000.  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**



8.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser encaminhadas à autoridade competente, em tempo hábil, para adoção das medidas administrativas cabíveis.

8.8. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela qualidade, entrega, instalação, funcionamento e garantia do equipamento fornecido.

8.9. O acompanhamento da execução contratual observará os princípios da eficiência, economicidade, transparência, interesse público e demais disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.





## **9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Contratante, na classificação abaixo:

### **08.244.0003.2.004. – OPERACIONALIDADES DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL – CONVENIO Nº 482/2025/PGE-SEAS**

#### **4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

Os recursos financeiros são oriundos do Convênio nº 482/2025/PGE-SEMAS, firmado com o Estado de Rondônia, e tem como objetivo estruturar ações voltadas à promoção da inclusão social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio da oferta de cursos de capacitação profissional na área de costura.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à quantidade, qualidade ou conformidade dos equipamentos fornecidos, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

10.2. O prazo para solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução ou de saneamento de irregularidades na documentação fiscal, não será computado para fins de recebimento definitivo.

10.3. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação, quando o valor da contratação se enquadrar nos limites do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
Estado de Rondônia  
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92 CNPJ: 63.761.977/0001-41  
Rua Ermelindo Milani, 1160 CEP: 76863-000.  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**



10.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal apresentada contém os elementos essenciais, tais como:

- a) data de emissão;
- b) identificação do contrato e da CONTRATANTE;
- c) descrição detalhada dos equipamentos fornecidos;
- d) período de fornecimento;
- e) valor total a pagar;
- f) eventuais retenções tributárias aplicáveis.

10.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas corretivas, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus à CONTRATANTE.

10.7. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.8. A Administração deverá realizar consultas para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- b) identificar eventuais impedimentos legais para contratação com o Poder Público.

10.9. Constatada situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada notificação por escrito, concedendo prazo de **5 (cinco) dias úteis** para regularização ou apresentação de defesa, prorrogável uma vez por igual período, a critério da CONTRATANTE.

10.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE comunicará aos órgãos de controle competentes para adoção das medidas cabíveis, sem prejuízo das sanções administrativas previstas.

10.11. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.12. O pagamento será efetuado em parcela única, após o cumprimento integral do objeto, compreendendo:





- entrega inicial do equipamento;
- transferência, montagem e instalação no local definitivo (associação selecionada por Chamamento Público);
- realização de testes operacionais;
- treinamento, quando previsto;
- recebimento definitivo, devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato.

10.13 O pagamento ficará condicionado ao pleno atendimento de todas as exigências contratuais e legais, bem como à comprovação do perfeito funcionamento do equipamento.

## **11. PRAZO DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do equipamento, devidamente conferido, instalado no local definitivo (associação selecionada por meio de Chamamento Público), testado e atestado pelo Fiscal do Contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA.

11.2. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e da conclusão da liquidação da despesa pela Administração.

11.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser suspenso na hipótese de constatação de irregularidades na documentação fiscal ou na execução do objeto, sendo retomada sua contagem após a devida regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

11.4. Em caso de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, poderão ser aplicados os encargos previstos na legislação vigente.

11.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, transferência eletrônica ou outro meio legalmente admitido, em conta de titularidade da CONTRATADA.







## **12. DO REAJUSTE**

12.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis durante o prazo de vigência contratual, considerando que o objeto será executado em parcela única, com entrega integral dos equipamentos.

12.2. Não haverá reajuste de preços no presente contrato, salvo nas hipóteses legalmente previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de prorrogação contratual devidamente justificada ou ocorrência de fato superveniente que impacte comprovadamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

12.3. Eventual recomposição de preços, quando cabível, somente poderá ocorrer mediante demonstração analítica da variação dos custos e formalização de termo aditivo contratual, devidamente motivado e aprovado pela Administração.

12.4. É vedada a aplicação de reajuste de forma retroativa, bem como qualquer alteração de valores sem a devida formalização contratual.

12.5. Na ausência de prorrogação ou de ocorrência de fatos que justifiquem reequilíbrio econômico-financeiro, os valores originalmente contratados permanecerão inalterados até o encerramento da execução contratual.

## **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega dos equipamentos sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contratual;





- f) fraudar a execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

13.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, nas hipóteses de infrações leves ou quando a irregularidade não justificar penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021;
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo legal, quando praticadas infrações graves, especialmente nas hipóteses das alíneas “b”, “c” e “d” do item 13.1, conforme art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;
- c) **Multa**, aplicada conforme a gravidade da infração, podendo ser cumulativa com outras sanções, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, conforme art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Antes da aplicação de qualquer penalidade, será assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa, contado da intimação.

13.5. O não pagamento da multa no prazo de até **30 (trinta) dias** após notificação poderá ensejar sua cobrança administrativa ou judicial, podendo ainda ser descontada de pagamentos devidos à CONTRATADA.

13.6. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo próprio, conduzido pela autoridade competente, assegurando-se o devido processo legal, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. Na aplicação das sanções serão observados:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;





- c) os danos causados à Administração;
- d) a proporcionalidade da penalidade;
- e) a eventual existência de programas de integridade ou medidas de prevenção adotadas pela CONTRATADA.

13.8. As sanções previstas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de controle, inclusive CEIS e CNEP, conforme legislação vigente.

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser objeto de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.10. Os valores de multa ou indenizações eventualmente devidos poderão ser compensados com créditos existentes em favor da CONTRATADA perante a Administração, inclusive oriundos de outros contratos, conforme legislação aplicável.

#### **14. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

14.1. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada no local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Crespo/RO, em conformidade com a Ordem de Fornecimento.

14.2 Após a realização do Chamamento Público, a CONTRATADA deverá proceder ao transporte complementar, montagem, instalação e realização de testes operacionais no local definitivo, correspondente à associação selecionada.

14.2. Os equipamentos deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, devidamente embalados e acompanhados de todos os acessórios, manuais em língua portuguesa e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento.

14.3. Quando aplicável, os equipamentos deverão ser entregues devidamente montados e instalados no local indicado, sem qualquer custo adicional para a Administração.





14.4. Todos os custos referentes ao transporte, carga, descarga, montagem, instalação e quaisquer outros necessários à entrega do objeto serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

14.5. A CONTRATADA deverá garantir a integridade dos equipamentos durante todo o transporte e entrega, sendo responsável por quaisquer danos, avarias ou perdas ocorridas até o recebimento definitivo pela Administração.

14.6. Os equipamentos que apresentarem defeitos, vícios, avarias ou não estiverem em conformidade com as especificações técnicas deverão ser substituídos imediatamente pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

14.7. A entrega será considerada concluída somente após a conferência, verificação de conformidade e emissão do recebimento definitivo pela Administração.

14.8. O descumprimento das condições de entrega poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

## **15. DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis às contratações públicas, bem como com base nos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade e razoabilidade.

15.2. Quaisquer dúvidas, divergências ou situações não previstas na execução do objeto deverão ser submetidas à apreciação da autoridade competente do órgão contratante, podendo, quando necessário, ser instruídas com manifestação da Assessoria Jurídica e da Unidade de Controle Interno, para subsidiar a decisão administrativa.

15.3. As decisões relativas aos casos omissos deverão ser devidamente motivadas e formalizadas nos autos do processo administrativo, assegurando a transparência, a segurança jurídica e a adequada execução contratual.





## **16. DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Em observância ao princípio da publicidade e da transparência dos atos administrativos, a contratação decorrente deste Termo de Referência será devidamente publicada no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Serão realizadas, ainda, as publicações em outros meios oficiais aplicáveis, tais como o sítio eletrônico institucional da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO e, quando exigível, no Diário Oficial do Município, do Estado ou da União, conforme a natureza e a fonte dos recursos envolvidos.

16.3. A publicação dos atos relacionados à contratação tem por finalidade assegurar a transparência, o controle social, a fiscalização pelos órgãos de controle e o pleno acesso às informações por parte da sociedade.

## **17. DO FORO**

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ariquemes – Estado de Rondônia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da interpretação ou execução deste Termo de Referência e dos contratos dele decorrentes.

## **18. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

18.1. A presente contratação tem como finalidade assegurar o fornecimento de equipamentos permanentes de qualidade, em quantidade suficiente e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, destinados à implantação de oficinas de capacitação profissional no Município de Rio Crespo/RO, garantindo a adequada execução das ações de inclusão social e produtiva.

18.2. Busca-se garantir que os equipamentos entregues atendam aos padrões de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho exigidos, assegurando a eficiência, confiabilidade e continuidade das atividades de capacitação profissional ofertadas às beneficiárias do programa.







**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
Estado de Rondônia  
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92 CNPJ: 63.761.977/0001-41  
Rua Ermelindo Milani, 1160 CEP: 76863-000.  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**



18.3. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando as normas e princípios aplicáveis à Administração Pública, servindo como instrumento de planejamento e base para a realização do processo licitatório e formalização do contrato administrativo.

18.4. Todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo especificações técnicas, prazos, entrega, instalação, fiscalização, pagamento e sanções, deverão ser rigorosamente observadas pela CONTRATADA, assegurando a fiel execução do objeto contratado.

Rio Crespo-RO, 29 de abril de 2026.

**Elaborado por:**

SARAH DA SILVA SÁ

Superintendente de Assistência Social

**Revisado por:**

EDNA APARECIDA DE MORAES

Secretária Municipal de Assistência Social





# Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41  
Av. Joaquim Pedro Sobrinho  
www.riocrespo.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo	de Referência Ratificado	29/04/2026
ID: 161739		Processo
CRC: 46688279		Documento
Processo: 3-301/2026		
Usuário: SARAH DA SILVA SA		
Criação: 29/04/2026 10:05:24	Finalização: 29/04/2026 10:06:55	
MD5: 5BA7F7C20442794A5F6EC867F9655B2F		
SHA256: 4BA3747A90F1F24F7F4F702935F5FE1BF5BCEC79080A066E443959F9A0E00DDA		
Súmula/Objeto:		
tr		

### INTERESSADOS

EDNA APARECIDA DE MORAES 29/04/2026 10:05:24

### ASSUNTOS

ABERTURA DE PROCESSO AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE 29/04/2026 10:05:24

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 SARAH DA SILVA SA SUPERINTENDENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 29/04/2026 10:10:16

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.riocrespo.ro.gov.br](http://transparencia.riocrespo.ro.gov.br) informando o ID 161739 e o CRC 46688279.



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



**ANEXO II PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 301/2026**

**MODELO PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNID	QUAN T	TOTAL

**Os valores unitários e total da proposta deverão ser preenchidos preferencialmente em algarismo e por extenso, para cada item cotado.**

Valor Total da proposta por extenso: \_\_\_\_\_

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_

DECLARO que nos preços ora propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta.

- **INCLUIR DEMAIS DECLARAÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA**

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Telefones: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
E-mail (para recebimento de empenho e pedidos): \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta: \_\_\_\_\_  
Nome do representante legal para assinatura do contrato: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
RG. \_\_\_\_\_  
Domicílio e cargo na empresa \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_  
Local/Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante



Estado de Rondônia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
*“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”*



**ANEXO III PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 301/2026**

Modelo de declaração UNIFICADA:

ME ou EPP; Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (conforme Lei nº. 14.133/21); não emprega menor e Inexistência do Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº ....., sediada, (endereço completo). Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

- Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06.
- Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- Declaramos para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaração de que os proprietários, sócios e gerentes das empresas participantes não são servidores públicos.

A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21

(Local e Data)

(Responsável legal e assinatura)



Estado de Rondônia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO  
“Departamento de Compras, Licitações e  
Contratos”



**ANEXO IV PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 301/2026**

**DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE**

A Prefeitura Municipal De \_\_\_\_\_ /\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_.

**Assunto:** Declaração de Exequibilidade de Licitação - Serviço

Prezados Senhores,

Eu, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrita no CPF nº \_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins, a minha exequibilidade em relação à participação na licitação para o serviço \_\_\_\_\_, conforme previsto no Edital de Licitação nº \_\_\_\_\_/2025.

Após análise detalhada dos requisitos técnicos e das competências exigidas, confirmamos a exequibilidade da proposta de desconto no percentual de \_\_\_\_%( ) para o fornecimento de mão de obra atinente ao serviço de \_\_\_\_\_.

Declaro, ainda, que não existem quaisquer impedimentos legais, técnicos ou financeiros que possam comprometer minha capacidade de realizar o serviço \_\_\_\_\_ objeto desta licitação, estando a minha empresa totalmente apta a fornecer o serviço.

Além disso, estamos cientes das normas editalícias e das exigências legais relacionadas à execução do serviço de \_\_\_\_\_. Comprometemo-nos a cumprir rigorosamente todas as normas e regulamentos pertinentes.

Estamos cientes das responsabilidades e obrigações relacionadas ao serviço em questão, e temos plena ciência das consequências de não cumprir com nossas obrigações contratuais.

Certos de nossa aptidão para atender às demandas estabelecidas no edital, agradecemos a oportunidade de participar desta licitação e manifestamos nosso interesse em fornecer mão de obra para o serviço de torno à Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_.

Sendo assim, solicito que esta declaração seja considerada como parte integrante da minha proposta para a licitação em questão.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_



## MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 301/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00/2026**

**O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.977/0001-41, com sede administrativa na Rua Ermelindo Milani, 1160, CEP 76863-000, Rio Crespo/RO, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, neste ato representado por sua autoridade competente, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, com critério de julgamento menor preço por item, sendo o ajuste formalizado em contrato único com planilha anexa contendo os itens vencidos pela empresa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do edital, do termo de referência, da proposta vencedora e das cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de material permanente/equipamentos, compreendendo os itens constantes da planilha anexa e da proposta vencedora da **CONTRATADA**, destinados à estruturação de oficinas de capacitação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social, vinculadas ao Convênio nº 482/2025/PGE-SEAS, conforme especificações, quantitativos, marcas, modelos e condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora, que integram este instrumento para todos os fins.

1.2. Integram o objeto, quando aplicável, os serviços acessórios de transporte, carga, descarga, montagem, instalação, testes operacionais, entrega de manuais em língua portuguesa, documentação técnica e demais itens necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem custo adicional para a **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA SEGUNDA DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

2.1. O presente contrato rege-se por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Vinculam-se a este contrato, independentemente de transcrição, o Edital do







Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, a proposta vencedora da CONTRATADA e o Termo de Referência (TR) constante do Processo Administrativo, os quais integram este instrumento para todos os fins de direito.

2.3. O Termo de Referência servirá de fundamento para a interpretação do objeto, das especificações técnicas, das condições de execução, dos critérios de recebimento, das obrigações das partes, da fiscalização contratual, das sanções e das condições de pagamento, sem prejuízo da prevalência das disposições legais, do edital e da proposta vencedora, naquilo que lhes for aplicável.

2.4. Em caso de divergência entre os documentos vinculados, observar-se-á a seguinte ordem de prevalência: I — Lei nº 14.133/2021 e demais normas cogentes; II — edital; III — Termo de Referência; IV — proposta vencedora.

### **CLÁUSULA TERCEIRA DA FORMA DE FORNECIMENTO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. O objeto será executado sob a forma de fornecimento integral, em parcela única, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela CONTRATANTE, observadas as especificações do Termo de Referência e da proposta vencedora.

3.2. A CONTRATADA responsabiliza-se integralmente pelo fornecimento dos bens, inclusive transporte, carga, descarga, montagem, instalação, testes operacionais e demais providências necessárias à entrega em perfeitas condições de uso, quando aplicável.

### **CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PRAZO DE ENTREGA**

4.1. O prazo de vigência do contrato terá início na data de sua assinatura e permanecerá vigente até o cumprimento integral das obrigações contratuais, compreendendo a entrega, o recebimento definitivo dos bens e o encerramento das obrigações de garantia, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

4.2. O prazo de entrega dos equipamentos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração Municipal, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal da CONTRATADA, desde que aceita pela CONTRATANTE.

4.3. Os equipamentos deverão ser disponibilizados em conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, assegurando-se sua integridade, funcionamento adequado e compatibilidade com a finalidade de uso, sendo vedado o fornecimento de itens usados, reconicionados ou fora dos padrões exigidos.

4.4. Caso os equipamentos entregues apresentem vícios, defeitos ou





desconformidades com as especificações técnicas exigidas, a CONTRATADA deverá proceder à substituição, reparação ou correção dos itens irregulares, às suas despesas, no prazo fixado pela Administração.

## **CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

5.1. Os equipamentos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Crespo/RO, em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, acompanhados de todos os acessórios, manuais em língua portuguesa, documentação técnica e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento.

5.2. Quando aplicável, os equipamentos deverão ser entregues devidamente montados e instalados, sem qualquer custo adicional para a Administração.

5.3. Todos os custos referentes ao transporte, carga, descarga, montagem, instalação e quaisquer outros necessários à entrega do objeto serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

5.4. A entrega será considerada concluída somente após a conferência, verificação de conformidade e emissão do recebimento definitivo pela Administração.

## **CLÁUSULA SEXTA DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

6.1. O recebimento dos bens ocorrerá em duas etapas, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021: I — recebimento provisório, no ato da entrega, para verificação quantitativa e conferência inicial dos itens; II — recebimento definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a entrega, mediante verificação da conformidade dos bens com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, adequação, segurança e perfeito funcionamento dos bens fornecidos.

6.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, o edital, o Termo de Referência ou a proposta vencedora.

## **CLÁUSULA SÉTIMA DO PREÇO E DO VALOR CONTRATUAL**

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta vencedora e planilha anexa de itens adjudicados à CONTRATADA, já incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, fretes, seguros, encargos, montagem, instalação e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.





7.2. Os preços são fixados por item, em conformidade com o critério de julgamento menor preço por item, consolidado neste instrumento por meio de planilha anexa.

## **CLÁUSULA OITAVA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado em parcela única, após a entrega integral dos equipamentos, montagem e instalação quando aplicável, conferência e recebimento definitivo de todos os itens, mediante atesto do Fiscal do Contrato e apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA.

8.2. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, nos termos da regulamentação aplicável.

8.3. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e da conclusão da liquidação da despesa pela Administração.

8.4. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à quantidade, qualidade ou conformidade dos equipamentos fornecidos, observar-se-á o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com pagamento da parcela incontroversa, quando cabível.

8.5. O prazo de pagamento poderá ser suspenso na hipótese de constatação de irregularidades na documentação fiscal ou na execução do objeto, reiniciando-se sua contagem após a regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA NONA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria da CONTRATANTE, na seguinte classificação: 08.244.0003.2.004 – Operacionalidades das Atividades da Assistência Social – Convênio nº 482/2025/PGE-SEAS Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

10.1. Considerando que o objeto será executado em parcela única, com entrega integral dos equipamentos em prazo inferior a 12 (doze) meses, os preços contratados permanecerão fixos durante a execução ordinária do ajuste, não havendo incidência prática de reajuste nesse período.

10.2. Para atendimento ao art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecido que,





na hipótese excepcional de prorrogação da execução contratual por período que ultrapasse 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, o reajustamento de preços observará o índice IPCA/IBGE, ou outro índice setorial que venha a constar expressamente do edital, preservada a data-base do orçamento estimado.

10.3. Não haverá reajuste retroativo, nem alteração de valores sem a devida formalização contratual.

10.4. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente instruído pela CONTRATADA, com demonstração analítica da variação extraordinária dos custos e comprovação dos pressupostos legais, observando-se o prazo contratual de resposta da Administração.

10.5. A repactuação não se aplica ao presente contrato, por se tratar de fornecimento de bens sem dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA GARANTIA DO OBJETO**

11.1. A CONTRATADA assegura garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, incluindo assistência técnica, manutenção corretiva e substituição de peças defeituosas, sem ônus para a CONTRATANTE, quando aplicável à natureza do equipamento fornecido.

11.2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer equipamento que apresente defeitos, vícios ou desconformidade com as especificações técnicas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) emitir a Ordem de Fornecimento; b) proporcionar as condições necessárias à adequada execução do objeto; c) receber provisória e definitivamente os bens, após verificação de sua conformidade e pleno funcionamento; d) designar gestor e fiscal do contrato; e) efetuar o pagamento devido após a regular liquidação da despesa; f) prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução contratual; g) aplicar as sanções cabíveis em caso de inadimplemento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) executar o objeto contratual em conformidade com o Termo de Referência; b) arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do





contrato; c) fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento; d) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer item defeituoso ou em desconformidade; e) responder por danos causados à Administração ou a terceiros; f) cumprir a legislação aplicável, inclusive normas técnicas, ambientais e de segurança; g) manter as condições de habilitação e qualificação durante toda a execução contratual; h) não transferir ou subcontratar o objeto sem prévia autorização da CONTRATANTE; i) acatar as orientações da fiscalização contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela CONTRATANTE, na qualidade de fiscal do contrato, e por gestor do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A fiscalização verificará, entre outros aspectos, a conformidade quantitativa e qualitativa dos bens, a integridade física dos equipamentos, a adequação da montagem/instalação, a entrega de manuais e acessórios e o pleno funcionamento do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O descumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas neste contrato ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme a gravidade da infração, as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

16.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes ou por decisão judicial/arbitral, quando cabível.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

17.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses legalmente admitidas, mediante termo aditivo ou apostila, conforme o caso, com a devida justificativa e preservação do equilíbrio econômico-financeiro inicial.







## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DAS RESPONSABILIDADES**

18.1. A CONTRATADA responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

19.1. As partes comprometem-se a observar a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), utilizando eventuais dados pessoais acessados em razão deste contrato exclusivamente para a execução do objeto e para o cumprimento de obrigações legais e administrativas, vedado qualquer tratamento para finalidade diversa.

19.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, comunicando imediatamente à CONTRATANTE eventual incidente de segurança.

19.3. Encerrada a execução contratual, a CONTRATADA deverá eliminar, devolver ou anonimizar os dados pessoais tratados, ressalvadas as hipóteses legais de guarda obrigatória.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA DA PUBLICAÇÃO**

20.1. O presente contrato e seus eventuais aditamentos serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em sítio eletrônico oficial, sendo a divulgação condição indispensável de eficácia, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DO FORO**

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da interpretação, execução ou extinção deste contrato.







Estado de Rondônia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**  
"Lei de Criação N.º 376/1992 - 13/02/92".  
"Secretaria Municipal de Gestão Pública e Planejamento"  
"Departamento de Compras, Licitações e Contratos"  
E-mail [contratos.atas@riocrespo.ro.gov.br](mailto:contratos.atas@riocrespo.ro.gov.br)



Rio Crespo/RO, 30 de abril de 2026.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO  
Prefeito Municipal Sr. Eder da Silva

CONTRATADA

\*\*\*\*\*





# Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41  
Av. Joaquim Pedro Sobrinho  
www.riocrespo.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número de Contrato	Data
Minuta		30/04/2026

ID: 161917

CRC: 00012EC1

Processo: 3-301/2026

Usuário: LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS

Criação: 30/04/2026 10:29:19 Finalização: 30/04/2026 10:30:59

Processo



Documento



MD5: 7C430C9ADB6979FD2DB583DF2ADCE6A9

SHA256: 49F3933883F2CEB65C3491C0877C1928B4F50A17CF77B32CC50A2524E1682756

Súmula/Objeto:

minuta de Contrato

### INTERESSADOS

EDNA APARECIDA DE MORAES

30/04/2026 10:29:19

### ASSUNTOS

ABERTURA DE PROCESSO AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

30/04/2026 10:29:19

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS

GESTOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
CONVÊNIO E ACO

30/04/2026 10:31:16

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.riocrespo.ro.gov.br](http://transparencia.riocrespo.ro.gov.br) informando o ID 161917 e o CRC 00012EC1.